

Aos vinte dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e um, as 17:30 horas, na sede do Instituto de Previdência do Município de Nova Cantu, Estado do Paraná, reuniram-se os membros dos Conselhos Administrativos, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal do NOVA CANTU PREV, conforme Decreto Municipal nº 2216, de 16 de abril de 2021, atendendo a convocação da Diretora Presidente, com a seguinte pauta: a) Apresentação do Calendário de Reuniões do Comitê e Conselhos; b) Relatório do Controle Interno – 1º Semestre/2021, c) Prestação de Contas Julho/2021; d) Apresentação de relatórios e retornos de julho/2021; e) Apresentação do Parecer do Comitê de Investimentos. A Diretora Presidente agradecendo a participação de todos, deu início à reunião, fazendo a verificação de quórum legal, deu por aberta a assembleia. Em atendimento à pauta, a Diretora Presidente apresentou o calendário de reunião, do Comitê de Investimentos será às terças-feiras do mês, de modo não presencial, através da plataforma Meet; enquanto que a reunião conjunta da Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, será realizada de modo presencial, às terças sextas-feiras do mês, e todos os membros concordaram com o calendário até dezembro de 2021. A seguir a Diretora Presidente falou do Relatório do Controle Interno elaborado pelo Controlador Geral, José Aparecido Guimarães, onde se descreve todas as ações executadas pelo controle interno dentro da autarquia, que cumpre uma das exigências do Pró-Gestão, o qual será publicado e enviado no grupo de whatsapp para conhecimento de todos. Dando prosseguimento à pauta, a Diretora Presidente fez apresentação da Prestação de Contas do mês de julho/2021, onde as receitas de contribuições foram no valor de R\$ 286.657,03, os rendimentos de aplicação foram negativos no valor de -R\$ 207.689,30, portanto o total de receitas líquido foi de R\$ 78.967,73; quanto às despesas do mês de julho, foram da ordem de R\$ 156.435,33; os valores em disponibilidade financeira são de R\$ 28.273,21 enquanto que o valor do Patrimônio em Fundos de Investimento são de R\$ 25.762.190,15, perfazendo um montante de R\$ 25.790.463,36 em 30/07/2021, cujo relatório foi submetido ao Conselho Fiscal, que foi aprovado sem objeção. Em seguida foi feita apresentação dos relatórios de investimentos, gerados pela Plataforma da Crédito e Mercado, onde demonstra os resultados dos investimentos durante o ano, em que a meta estabelecida está em 8,02% e os rendimentos somente 1,21% de retorno, o que torna quase impossível bater meta no exercício. A Presidente apresentou também um relatório de acompanhamento diário, que nesta data apresenta rendimento negativo em quase totalidade dos fundos, atingindo uma perda de -R\$ 466.560,92 durante o mês de agosto, explicando que esse movimento de quedas vem se desenhando desde março/2020, quando a Pandemia de COVID-19 se espalhou pelo mundo, trazendo insegurança e desequilíbrio em todos os seguimentos, a Presidente falou também que outros fatores estão impactando a economia mundial, como principais bolsas mundiais que estão negativas, aumento de casos de Covid pelas variantes, retomada do Afeganistão pelo grupo extremista Talibã e retirada das tropas americanas daquele país; já no mercado doméstico também pesa além de questões políticas, definição do Auxílio Brasil, veto do Presidente sobre o Fundo Eleitoral, PEC dos precatórios, reforma tributária, e um enorme descompasso entre os poderes, que estão assustando os investidores. Diante de tudo isso, o Comitê de Investimentos,

durante a reunião do dia 18 de agosto, optou por manter o valor de R\$ 100.000,00 que teríamos para aplicação, em conta corrente até que o mercado se estabilize ou que algum horizonte melhor seja desenhado, cuja opção foi submetida ao Conselho de Administração, que aprovou por unanimidade, sem nenhuma objeção. A seguir a Presidente, explanou sobre a possibilidade de investir em Títulos Públicos Federais, que seria uma opção para que o RPPS possa futuramente atingir sua meta atuarial, assim apresentou o site do Tesouro Direto, onde tem todas as opções desses Títulos, uma vez que a Resolução CNM permite alocação de até 100% em TPF, e a Política de Investimentos do RPPS até 80% nesse segmento. Assim, foi solicitada ao Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, sobre a possibilidade de aquisição desses títulos, os quais deverão ser analisados pelo Comitê, e posteriormente será reportado novamente ao Conselho de Administração para homologação. Nada mais havendo a ser tratado, e ninguém mais querendo fazer uso da palavra, a Presidente agradecendo à todos pela participação, deu por encerrada esta reunião, da qual foi extraída a presente Ata, que após lida e achada conforme, segue assinada por todos os presentes.

Cláudia Ferrareto da Silva, Edúcia Mary Welfratti,
Cleonice Maria de Andrade Jaskiw, Andréa Cristiane Barbosa Adellha Berto,
Francine Silvestre Silveira dos Reis, Shyela Patrícia
Viana Sano, Danieli Aparecida da Silva,
Angela Ap. de Aguiar Rodrigues, Eulália Marques S. Bezô
Alviana Ap. Costa Cruzet, Zandira R. Oliveira Manks
Isabel Cristina Martinelli Jean Carlos da Silva